

Demonstrações Financeiras

Atibaia Saneamento S.A.

**31 de dezembro de 2025 com
Relatório do Auditor Independente**

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras 1

Demonstrações financeiras

Demonstração do resultado 3
Demonstração do resultado abrangente 4
Demonstração dos fluxos de caixa 5
Balanço patrimonial 6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido 7

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Informações sobre a Companhia 8
2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis materiais 9
3. Receita operacional líquida 11
4. Custos e despesas 13
5. Resultado financeiro 13
6. Imposto de renda e contribuição social 14
7. Caixa e equivalentes de caixa 16
8. Depósitos bancários vinculados 16
9. Contas a receber e outros recebíveis e ativo financeiro 17
10. Impostos e contribuições a recuperar 18
11. Fornecedores e outras contas pagar 18
12. Empréstimos e financiamentos 18
13. Obrigações fiscais 20
14. Provisão para perda com causas judiciais 20
15. Patrimônio líquido 21
16. Gerenciamento de capital 22
17. Instrumentos financeiros 23
18. Partes relacionadas 27
19. Seguros 28
20. Compromissos 28

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da
Atibaia Saneamento S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Atibaia Saneamento S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Atibaia Saneamento S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (“IFRS Accounting Standards”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 20 de abril de 2026

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Manoel P. da Silva
Contador
CRC nº 1 SP 205664/O-2

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	3	64.987	54.805
Custo dos serviços prestados	4	(22.152)	(26.638)
Lucro bruto		42.835	28.167
Despesas e outras receitas operacionais			
Despesas administrativas e gerais	4	(6.632)	(6.612)
Outras receitas		100	-
		(6.532)	(6.612)
Resultado antes do resultado financeiro líquido		36.303	21.555
Receitas financeiras	5	2.875	7.212
Despesas financeiras	5	(32.937)	(25.626)
Resultado financeiro líquido		(30.062)	(18.414)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	(2.159)	(3.201)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		4.082	(60)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atibaia Saneamento S.A.



Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	2025	2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	4.082	(60)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	4.082	(60)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atibaia Saneamento S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		6.241	3.141
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa:			
Depreciação e amortização	4	606	521
Provisão para perdas com causas judiciais		5	(5)
Pis e Cofins diferidos	13	3.482	2.480
Encargos e variações monetárias, líquidas	5	(8.726)	(6.789)
		1.608	(652)
Variações em:			
Contas a receber e outros recebíveis	9	(37.724)	(25.270)
Impostos e contribuições a recuperar	10	(59)	890
Outros ativos		(284)	54
Fornecedores e outras contas a pagar	11	(162)	3.903
Obrigações fiscais	13	(1.072)	3.241
Outras obrigações		13	160
Caixa aplicado nas atividades operacionais		(37.680)	(17.674)
Juros recebidos sobre atualização do contas a receber e outros recebíveis		38.737	27.856
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(10.201)
Juros pagos de financiamentos e arrendamentos	12	(8.153)	(3.067)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(7.096)	(3.086)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de ativo imobilizado		(149)	(299)
Aquisições de ativo intangível		(89)	(71)
Aplicações financeiras	7	7.817	14.411
Depósitos bancários vinculados	8	68	(3.206)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		7.647	10.835
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Financiamentos tomados	12	-	27
Pagamentos de financiamentos e arrendamentos	12	(3.247)	(542)
Dividendos pagos	15 c.	-	(4.998)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(3.247)	(5.513)
Aumento (diminuição) líquido (a) em caixa e equivalentes de caixa		(2.696)	2.236
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	7	2.865	629
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	7	169	2.865

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atibaia Saneamento S.A.



Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2025 e 2024 Em milhares de reais

Ativo	Nota	2025	2024	Passivo	Nota	2025	2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	169	2.865	Fornecedores e outras contas a pagar	11	6.254	6.589
Aplicações financeiras	7	8.406	14.591	Empréstimos e financiamentos	12	3.223	3.063
Contas a receber e outros recebíveis	9	8.446	5.372	Passivo de arrendamento		492	342
Ativo financeiro	9	14.059	11.301	Obrigações fiscais	13	2.858	2.760
Impostos e contribuições a recuperar	10	3.290	3.566	Outras obrigações		852	803
Outros ativos		778	444	Total do passivo circulante		13.679	13.557
Total do ativo circulante		35.148	38.139				
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Fornecedores e outras contas a pagar	11	173	-
Depósitos bancários vinculados	8	3.666	3.263	Empréstimos e financiamentos	12	230.057	208.699
Contas a receber e outros recebíveis	9	5.261	7.813	Passivo de arrendamento		71	11
Ativo financeiro	9	233.150	198.706	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	15 c.	20.315	19.310
Impostos e contribuições a recuperar	10	16.313	15.557	Obrigações fiscais	13	27.886	25.574
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	12.152	14.311	Provisão para perdas com causas judiciais		5	-
Outros ativos		12	62	Outras obrigações		-	36
Total do realizável a longo prazo		270.554	239.712	Total do passivo não circulante		278.507	253.630
Imobilizado		553	496	Total do passivo		292.186	267.187
Ativos de direito de uso		559	347	Patrimônio líquido			
Intangível		398	442	Capital social	15	10.010	10.010
Total do ativo não circulante		272.064	240.997	Reservas de lucros		5.016	1.939
				Total do patrimônio líquido		15.026	11.949
Total do ativo		307.212	279.136	Total do passivo e patrimônio líquido		307.212	279.136

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
			Reserva legal	Retenção de lucros	Prejuízos acumulados		
Saldos em 1º de janeiro de 2024	15	10.010	1.999	-	-	-	12.009
Prejuízo do exercício		-	-	-	(60)	-	(60)
Absorção de prejuízos		-	(60)	-	60	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	15	10.010	1.939	-	-	-	11.949
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	4.082	4.082
Constituição de reservas		-	63	3.014	-	(3.077)	-
Dividendos propostos		-	-	-	-	(1.005)	(1.005)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	15	10.010	2.002	3.014	-	-	15.026

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Informações sobre a Companhia

1.1. Informações gerais

A Atibaia Saneamento S.A. “Companhia” é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), localizada na cidade de Atibaia - São Paulo, na Rua Aniceto Tavares, 50, Bairro: Recreio Estoril.

A parte controladora direta e final da Companhia é a Iguá Saneamento S.A..

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 20 de abril de 2026.

1.2. Contexto operacional

A Companhia foi constituída com o propósito específico de executar Parceria Público-Privada (PPP), na modalidade de concessão administrativa, firmada com a Companhia de Saneamento Ambiental de Atibaia (SAAE), tendo por objeto a prestação dos serviços públicos de esgotamento sanitário no Município de Atibaia. Tais serviços compreendem a coleta, o afastamento, o tratamento de esgotos sanitários e a disposição final do lodo, incluindo a realização dos investimentos necessários à ampliação e à universalização do sistema, bem como a operação e a manutenção dos ativos existentes e dos que venham a ser implantados.

A operação da Companhia é regida pelos termos do Contrato de Parceria Público-Privada nº 25/2012, celebrado em dezembro de 2012, com início operacional em julho de 2013. O prazo contratual é de 30 (trinta) anos, com término originalmente previsto para junho de 2043.

Em 3 de julho de 2023, foi celebrado o Quarto Termo Aditivo ao referido contrato, com o objetivo de promover sua revisão, visando ao reequilíbrio e à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão, em conformidade com as disposições contratuais e regulamentares aplicáveis.

1.3. Continuidade operacional

A Administração avalia continuamente a capacidade da Companhia de manter suas operações no curso normal dos negócios, considerando sua posição financeira, a geração operacional de caixa e as projeções econômicas associadas ao contrato de parceria público-privada.

Com base nas avaliações realizadas, incluindo o plano de negócios de longo prazo, a Administração concluiu que a Companhia tem recursos suficientes para honrar seus compromissos e dar continuidade às suas operações no futuro previsível. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis materiais

2.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão adequadamente apresentadas e correspondem às informações utilizadas na gestão da Companhia.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando requerido de forma diversa pelas normas aplicáveis, e são apresentadas em milhares de reais.

2.2. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

A Companhia avaliou certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma).

- Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade;
- Alterações ao CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial;
- Alterações ao OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO).

As alterações trazidas acima não tiveram impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.3. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Pronunciamento	Descrição	Aplicação
Alterações ao IFRS 9 e ao IFRS 7	Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	01/01/2026
Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11	Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa	01/01/2026
Alterações ao IFRS 9 e ao IFRS 7	Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais	01/01/2026
IFRS 18	Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	01/01/2027
IFRS 19	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	01/01/2027

A Companhia deve aplicar a IFRS 18 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. As alterações à IAS 7 e IAS 33, bem como a IAS 8 e IFRS 7 revisadas, entram em vigor quando a entidade aplicar a IFRS 18. A IFRS 18 exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas.

A Companhia está trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

Em relação as demais normas contidas na tabela acima não é esperado impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

Reforma tributária

Em 2025 foi promulgada a Lei Complementar nº 214, que regulamenta a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil. A nova legislação estabelece a criação da Contribuição sobre Bens e Serviços (“CBS”), de competência federal, e do Imposto sobre Bens e Serviços (“IBS”), de competência compartilhada entre estados e municípios, os quais substituirão gradualmente tributos atualmente incidentes sobre o consumo, como PIS, COFINS, ICMS, ISS e, parcialmente, o IPI. A legislação também instituiu o Imposto Seletivo (“IS”), aplicável a determinados bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, não abrangendo os serviços de saneamento básico. O período de transição para o novo sistema tributário ocorrerá entre 2026 e 2032, durante o qual os tributos atualmente vigentes coexistirão com a CBS e o IBS, de forma progressiva.

A Administração acompanha a evolução da regulamentação da reforma tributária e vem conduzindo análises preliminares sobre os potenciais impactos do novo sistema tributário nas operações da Companhia. Considerando que parte relevante da regulamentação complementar e dos aspectos operacionais do novo modelo ainda está em processo de definição, as avaliações relacionadas aos possíveis efeitos sobre os resultados e a posição financeira da Companhia seguem em desenvolvimento e serão atualizadas à medida que novas normas e orientações sejam emitidas pelas autoridades competentes.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração exerce julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas são continuamente avaliadas com base em histórico, expectativas futuras e outros fatores considerados razoáveis nas circunstâncias, e suas revisões são reconhecidas prospectivamente.

Os principais julgamentos e estimativas que possuem impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia referem-se, principalmente:

- (i) à mensuração das perdas esperadas de crédito relacionadas às contas a receber e ativos de contrato;
- (ii) ao reconhecimento e à realização do ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais e bases negativas;
- (iii) ao reconhecimento de gastos capitalizáveis e despesas operacionais considerando a natureza e o potencial de geração de benefícios futuros;
- (iv) à avaliação da recuperabilidade do ativo intangível decorrente do contrato de parceria público privada; e
- (v) à provisões para perdas com causas judiciais.

As estimativas utilizadas refletem as melhores informações disponíveis na data de elaboração das demonstrações financeiras e são consistentes com a natureza e o estágio de desenvolvimento da concessão. A Administração entende que as premissas adotadas são razoáveis e consistentes com a realidade operacional e financeira da Companhia.

3. Receita operacional líquida

3.1. Política contábil

As receitas da Companhia decorrem do contrato de parceria público-privada celebrado com a Companhia de Saneamento Ambiental de Atibaia – SAAE e são reconhecidas de acordo com os princípios da ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de Concessão, em conjunto com o CPC 47 / IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente.

Nos termos da ICPC 01 (R1), a infraestrutura vinculada ao contrato de concessão não é reconhecida como ativo imobilizado da Companhia. Em vez disso, os investimentos realizados na construção ou ampliação da infraestrutura são reconhecidos como ativo financeiro, uma vez que tem direito contratual incondicional de receber caixa da concedente em contrapartida pelos serviços de construção prestados.

As receitas da Companhia são compostas, substancialmente, por receitas de construção, receitas associadas ao ativo financeiro da concessão e receitas de operação e manutenção da infraestrutura.

a) Receita de construção

A Companhia reconhece a receita de construção na medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo.

A Administração estima que o valor justo da contraprestação associada aos serviços de construção seja equivalente ao custo incorrido acrescido dos tributos incidentes sobre a receita (PIS e COFINS).

b) Receita de ativo financeiro

A receita de ativo financeiro corresponde à remuneração financeira associada ao ativo financeiro reconhecido no âmbito do contrato de concessão. Essa remuneração é reconhecida ao longo do prazo da concessão com base na taxa de desconto definida no modelo econômico-financeiro do contrato, refletindo o custo do capital e os riscos associados ao projeto. Para fins de mensuração do ativo financeiro da concessão, a Companhia utiliza a taxa de desconto de 10,14% ao ano.

A receita de ativo financeiro está diretamente associada à remuneração dos investimentos realizados no âmbito do contrato de concessão, sendo apresentada como receita operacional, em conformidade com a orientação contida no CPC 05 – Contratos de Concessão.

c) Receita de serviços de operação

A Companhia reconhece a receita de serviços de operação por operar e manter a infraestrutura do contrato de concessão, quando (i) identifica as diferentes obrigações do contrato; (ii) determina o preço da transação; (iii) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (iv) satisfaz todas as obrigações de desempenho.

A Companhia satisfaz sua obrigação de desempenho conforme os serviços são prestados, por ocasião da coleta, afastamento, tratamento do esgoto sanitário e disposição final do lodo, executados em conformidade com as normas e padrões exigidos pela SAAE.

3.2. Composição

	2025	2024
Ativo financeiro	38.737	27.856
Serviços	14.795	13.268
Construção	18.117	19.203
Total da receita operacional	71.649	60.327
Impostos sobre serviços	(6.662)	(5.522)
Total da receita operacional líquida	64.987	54.805

4. Custos e despesas

Natureza dos custos e despesas	2025	2024
Custo de construção	(15.137)	(21.191)
Pessoal	(6.940)	(6.459)
Serviços de terceiros	(3.346)	(3.330)
Materiais	(1.021)	(784)
Outros custos e despesas	(970)	(231)
Energia elétrica	(764)	(734)
Depreciação e amortização	(606)	(521)
Total	(28.784)	(33.250)
Custo dos serviços prestados	(22.152)	(26.638)
Despesas administrativas e gerais	(6.632)	(6.612)
Total	(28.784)	(33.250)

5. Resultado financeiro

5.1. Política contábil

Compreendem principalmente os valores de juros sobre aplicações financeiras, despesas com juros sobre financiamentos e despesas de operações com partes relacionadas que são reconhecidos no resultado pelo método dos juros efetivos.

5.2. Composição

	2025	2024
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	2.110	2.744
Juros sobre atualização de impostos a recuperar	421	768
Ajuste a valor presente	338	109
Descontos obtidos	6	3.590
Outras receitas financeiras	-	1
Total	2.875	7.212
Despesas financeiras		
Juros sobre mútuos com partes relacionadas - Nota 18	(22.619)	(15.917)
Juros sobre financiamentos	(9.888)	(8.639)
Outras despesas financeiras	(293)	(922)
Comissões e despesas bancárias	(109)	(126)
Juros sobre arrendamento	(28)	(22)
Total	(32.937)	(25.626)
Resultado financeiro líquido	(30.062)	(18.414)

6. Imposto de renda e contribuição social

6.1. Política contábil

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, possuir o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e pretenda fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias entre as bases contábeis e fiscais de ativos e passivos, e sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, quando aplicável.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros suficientes para sua realização, e são revisados a cada data-base, sendo reduzidos quando essa realização deixa de ser provável.

Os tributos diferidos são mensurados pelas alíquotas vigentes (ou substancialmente vigentes) na data-base e apresentados de forma líquida quando há direito legalmente executável de compensação e quando relacionados a tributos lançados pela mesma autoridade tributária.

6.2. Composição

Impostos diferidos ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

Imposto de renda e contribuição social	Ativo		Passivo		Resultado	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social (a)	44.392	37.753	-	-	6.639	4.223
Arrendamentos	1	2	-	-	(1)	1
Outras diferenças temporárias	1.457	1.375	-	-	82	(54)
Provisão para perdas em causas judiciais	2	-	-	-	2	-
Contas a receber - contratos de concessão	-	-	31.623	22.625	(8.998)	(5.177)
Incentivo fiscal - inovação tecnológica	-	-	2.077	2.194	117	(2.194)
	45.852	39.130	33.700	24.819	(2.159)	(3.201)
Compensação (b)	(33.700)	(24.819)	(33.700)	(24.819)	-	-
Total líquido	12.152	14.311	-	-	(2.159)	(3.201)

(a) Com base na estimativa dos resultados futuros indicados no plano anual de negócios, a Companhia reconheceu o ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social acumulados até o limite dos lucros tributáveis futuros disponíveis para compensação de tais perdas. A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada a 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição, com expectativa de realização antes do término do prazo de concessão.

(b) Saldos de ativos e passivos fiscais diferidos compensados, sendo a natureza da compensação ativa, pois estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

6.3. Conciliação da alíquota nominal com a taxa efetiva

Reconciliação da taxa efetiva	2025	2024
Resultado do exercício antes dos impostos	6.241	3.141
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa com imposto à alíquota nominal	(2.122)	(1.068)
Ajuste do imposto de renda e contribuição social		
Despesas não dedutíveis	(180)	(83)
Incentivo fiscal - inovação tecnológica	-	(2.311)
Outros	143	261
Total de despesas com imposto de renda e contribuição social	(2.159)	(3.201)
Imposto diferido	(2.159)	(3.201)
Alíquota efetiva	35%	102%

7. Caixa e equivalentes de caixa

7.1. Política contábil

a) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo, aos investimentos estratégicos da Companhia, podendo ainda serem utilizados para outros fins. Os valores mantidos em caixa e equivalentes de caixa são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

b) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são compostas por fundo de investimento exclusivo e não exclusivo, com títulos lastreados em títulos privados e públicos, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. Os fundos em que a Companhia possui aplicações, apresentam em sua regulamentação, a possibilidade de risco de liquidez, alteração de valores (aumento ou redução de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado), dentre outros fatores de riscos. Deste modo, os mesmos não atendem os critérios de reconhecimento de caixa e equivalentes de caixa.

7.2. Composição

	Rentabilidade média	Taxa média de remuneração	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa				
Saldos bancários			169	2.865
Total caixa e equivalentes de caixa			169	2.865
Aplicações financeiras				
Fundo de investimento (a)	100,89% do CDI	14,44%	8.406	14.591
Total aplicações financeiras			8.406	14.591

(a) Fundo de investimento, cuja composição refere-se principalmente a aplicações em outros fundos de investimento não exclusivos de renda fixa, do tipo FIC, com liquidez diária, referenciados ao DI, bem como em títulos públicos, remunerado a condições e taxas normais de mercado. A exposição da Companhia aos riscos de taxa de juros, crédito e liquidez, bem como a respectiva análise de sensibilidade, estão divulgadas na nota explicativa n°17.

8. Depósitos bancários vinculados

	Rentabilidade média	Taxa média de remuneração	2025	2024
Fundos de investimento	101,63% do CDI	14,54%	3.666	3.263
Não circulante			3.666	3.263
Total			3.666	3.263

Depósitos bancários vinculados referem-se a montante retido na Companhia para constituição de conta reserva do financiamento mantido junto à Caixa Econômica Federal equivalente às três parcelas mensais vincendas.

9. Contas a receber e outros recebíveis e ativo financeiro

9.1. Política contábil

Os saldos de contas a receber e outros recebíveis referem-se principalmente a valores a receber da Companhia de Saneamento Ambiental de Atibaia – SAAE decorrentes do contrato de parceria público-privada, incluindo contraprestações pecuniárias pelos serviços de operação e manutenção e valores associados à atualização do ativo financeiro reconhecido nos termos da ICPC 01 (R1).

Esses ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

9.2. Composição

	2025	2024
Recebíveis de contratos de concessão	14.704	13.985
Direitos a faturar contratos de concessão	3.029	3.027
Ativo financeiro	247.209	210.007
Total contas a receber	264.942	227.019
(-) Ajuste a valor presente dos recebíveis	(4.026)	(3.827)
	260.916	223.192
Circulante	22.505	16.673
Não circulante	238.411	206.519
Total	260.916	223.192

A taxa média de desconto do ajuste a valor presente sobre o montante de contas a receber é de 10,71% ao ano (9,00% a.a. em 31 de dezembro de 2024).

9.3. Composição por vencimento do contas a receber

A composição por vencimento dos recebíveis de contratos de concessão e direitos a faturar é como segue:

	2025	2024
A vencer	17.733	17.012

10. Impostos e contribuições a recuperar

	2025	2024
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	13.041	12.304
Programa de Integração Social (PIS)	2.798	2.638
Saldo negativo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	2.000	2.208
Saldo negativo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	-	57
PIS, COFINS, CSLL retidos na fonte	298	298
Impostos Federais a restituir	1.466	1.618
Circulante	3.290	3.566
Não circulante	16.313	15.557
Total	19.603	19.123

11. Fornecedores e outras contas pagar

	Nota	2025	2024
Fornecedores diversos		6.291	6.211
Operações mensais - partes relacionadas	18	136	378
Circulante		6.254	6.589
Não circulante		173	-
Total		6.427	6.589

12. Empréstimos e financiamentos

12.1. Política contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

12.2. Composição

Linha de Crédito	Nota	Indexador	Juros médios		2025	2024
			a.a. (%) (a)	Vencimento		
Contrato de financiamento e repasse - CEF		TR	10,88	2043	90.892	91.994
Mútuo - partes relacionadas	18	CDI	18,31	2030	142.388	119.768
Circulante					3.223	3.063
Não circulante					230.057	208.699
Total					233.280	211.762

(a) Os juros médios incorporam os juros fixos e a estimativa do indexador de referência na data do fechamento.

12.3. Garantias

As principais garantias do financiamento concedido pela CEF é o penhor de ações de emissão da Companhia, cessão fiduciária dos direitos provenientes do contrato de concessão, nota promissória e fiança da controladora Iguá Saneamento S.A. e constituição de conta reserva equivalente a três prestações mensais vincendas.

12.4. Cumprimento de cláusula contratual restritiva (covenants)

Os índices financeiros relativos ao cumprimento de cláusula contratual restritiva são verificados com base nas datas bases estipuladas nos contratos firmados entre a Companhia e suas subsidiárias e os respectivos agentes, tendo obrigação de atingimento em todo encerramento de exercício. A Administração acompanha os cálculos desses índices periodicamente, a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia estava adimplente com as cláusulas restritivas, estando em conformidade com todos os índices financeiros previstos nos contratos de financiamento.

Os índices financeiros devem ser observados, conforme abaixo:

Índices financeiros

Índice de cobertura do serviço da dívida (Fluxo de Caixa das Operações / Serviço da Dívida Total) maior ou igual a 1,3; e Capital social somado a eventuais empréstimos da acionista maior ou igual a 30% dos investimentos financiados.

12.5. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

	Financiamentos	Mútuo	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	86.602	103.851	190.453
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Captação	27	-	27
Amortização	(229)	-	(229)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(202)	-	(202)
Outras variações			
Provisão de juros	8.639	15.917	24.556
Pagamento de juros	(3.045)	-	(3.045)
Total de outras variações	5.594	15.917	21.511
Saldos em 31 de dezembro de 2024	91.994	119.768	211.762
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Amortização	(2.864)	-	(2.864)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(2.864)	-	(2.864)
Outras variações			
Provisão de juros	9.888	22.620	32.508
Pagamento de juros	(8.126)	-	(8.126)
Total de outras variações	1.762	22.620	24.382
Saldos em 31 de dezembro de 2025	90.892	142.388	233.280

13. Obrigações fiscais

	2025	2024
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	23.347	20.629
Programa de Integração Social (PIS)	5.195	4.478
ISS / PIS / COFINS / CSLL retido a recolher	74	144
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	10	7
Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) retido a recolher	100	160
Parcelamentos Federais	2.016	2.912
ICMS a recolher	2	4
Circulante	2.858	2.760
Não circulante	27.886	25.574
Total	30.744	28.334

14. Provisão para perda com causas judiciais

14.1. Política contábil

As provisões para perdas com causas judiciais são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, sendo provável a saída de recursos para a liquidação da obrigação e sendo possível a estimativa confiável do valor envolvido, em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

As contingências classificadas como de risco possível não são reconhecidas contabilmente e são divulgadas nesta nota explicativa. As contingências avaliadas como de risco remoto não são reconhecidas nem divulgadas.

A avaliação da probabilidade de perda e a mensuração dos valores envolvidos consideram a natureza das demandas, a jurisprudência aplicável, a experiência histórica do Grupo em casos semelhantes e a opinião de assessores jurídicos internos e externos. As provisões são revisadas periodicamente e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, decisões judiciais ou administrativas relevantes e novas informações disponíveis.

14.2. Natureza das Provisões e dos Passivos Contingentes

a) Trabalhista:

As ações trabalhistas estão relacionadas a reclamações movidas por ex-empregados da Companhia, ex-empregados de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade subsidiária), reclamando diferenças salariais e encargos trabalhistas, danos morais, horas-extras e sobreaviso, escala de revezamento, adicionais de insalubridade, periculosidade e desvio de função.

14.3. Movimentação das provisões

	Tributária
Saldo em 1º janeiro de 2025	-
Adições	5
Saldo em 31 de dezembro de 2025	5

14.4. Passivos contingentes

As contingências passivas não registradas nas demonstrações financeiras são de natureza cível e trabalhista, avaliadas, com apoio de assessores jurídicos como sendo de risco possível e montam na Companhia uma estimativa de:

Natureza	2025	2024
Trabalhistas	56	57
Total	56	57

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$10.010 (idêntico em 31 de dezembro de 2024), representado por 10.010 ações ordinárias (idêntico em 31 de dezembro de 2024), sem valor nominal, pertencentes aos seguintes acionistas:

	2025	2024
Iguá Saneamento S.A.	100%	100%

b) Reservas de lucros

	2025	2024
Reserva legal	2.002	1.939
Reserva de retenção de lucros	3.014	-
Total	5.016	1.939

Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, após a compensação de prejuízos acumulados.

Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos ou para futuras distribuições de dividendos previstas conforme Plano de Negócio aprovado em Assembleia Geral.

c) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina o dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício ajustado, conforme previsto na Lei nº 6.404/76.

A Companhia atribuiu dividendos conforme abaixo:

Saldos em 1º de janeiro de 2024	24.308
Pagamento de dividendos	(4.998)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	19.310
Dividendos mínimos obrigatórios - (25% lucro ajustado)	1.005
Saldos em 31 de dezembro de 2025	20.315

Proposta de destinação do resultado do exercício:

	2025
Lucro líquido do exercício	4.082
(-) Constituição de reserva legal	(63)
Dividendos mínimos obrigatórios - (25% lucro ajustado)	(1.005)
(-) Retenção de lucros	(3.014)
Saldo	-

16. Gerenciamento de capital

A Companhia gerencia seu capital com o objetivo de assegurar a continuidade operacional, suportar o cumprimento das obrigações contratuais assumidas, viabilizar a execução dos planos de investimento de longo prazo e manter acesso sustentável a fontes de financiamento compatíveis com o perfil de maturação de seus ativos. O gerenciamento de capital considera, de forma integrada, o patrimônio líquido, o nível e o perfil de endividamento, a geração operacional de caixa e o cronograma de investimentos obrigatórios.

Como métrica de acompanhamento interno, a Administração monitora o índice de alavancagem, definido como a relação entre a dívida líquida e o patrimônio líquido atribuível aos controladores. A dívida líquida, para esse fim, corresponde ao total de passivos, deduzido do caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e depósitos bancários vinculados.

A posição de dívida líquida e o respectivo índice de alavancagem ao final dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão demonstrados a seguir:

	2025	2024
Total do passivo	292.186	267.187
Total caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e depósitos bancários vinculados	(12.241)	(20.719)
(=) Dívida líquida (A)	279.945	246.468
Total do patrimônio líquido (B)	15.026	11.949
Índice de alavancagem (A/B)	18,63	20,63

17. Instrumentos financeiros

17.1. Categoria dos instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: custo amortizado e valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação dos ativos financeiros da empresa no reconhecimento inicial.

São mensurados ao custo amortizado os instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros.

Os instrumentos financeiros que têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

b) Passivos financeiros

A Companhia classifica seus passivos financeiros como mensurados ao custo amortizado. As variações desses passivos, incluindo juros, são reconhecidas no resultado na rubrica de “receitas (despesas) financeiras”.

A divulgação das mensurações do valor justo dos ativos avaliados ao valor justo por meio do resultado segue a seguinte hierarquia de mensuração:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

Nível 3 - Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

A seguir, são apresentados os instrumentos financeiros por categoria. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado foram classificados no nível 2 da hierarquia do valor justo, e não houve transferências entre níveis em 31 de dezembro de 2025.

	Nota	Valor justo por meio do resultado		Ativo mensurado ao custo amortizado		Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	
		2025	2024	2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	7	-	-	169	2.865	-	-
Aplicações financeiras	7	8.406	14.591	-	-	-	-
Depósitos bancários vinculados	8	3.666	3.263	-	-	-	-
Contas a receber e outros recebíveis	9	-	-	13.707	13.185	-	-
Ativo financeiro	9	-	-	247.209	210.007	-	-
Ativos financeiros		12.072	17.854	261.085	226.057	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	11	-	-	-	-	6.427	6.589
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	-	-	233.280	211.762
Passivo de arrendamento		-	-	-	-	563	353
Passivos financeiros		-	-	-	-	240.270	218.704

17.2. Fatores de riscos financeiros

A Companhia possui exposição a riscos de crédito, liquidez e mercado, resultantes de instrumentos financeiros.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia que através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

O risco de crédito refere-se à possibilidade de a Companhia incorrer em perdas financeiras em decorrência do não cumprimento, por parte de clientes ou contrapartes, de suas obrigações contratuais. A exposição ao risco de crédito está concentrada, principalmente, nas contas a receber de clientes e nos saldos de caixa e aplicações financeiras.

A exposição máxima ao risco de crédito corresponde aos valores contábeis dos ativos financeiros reconhecidos no balanço patrimonial, como segue abaixo:

	Nota	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	7	169	2.865
Aplicações financeiras	7	8.406	14.591
Depósitos bancários vinculados	8	3.666	3.263
Contas a receber e outros recebíveis	9	13.707	13.185
Ativo financeiro	9	247.209	210.007
Circulante		31.080	34.129
Não circulante		242.077	209.782
Total		273.157	243.911

iii) *Risco de liquidez*

O risco de liquidez representa a possibilidade de a Companhia não dispor de recursos financeiros suficientes para honrar seus compromissos à medida que se tornam devidos. A gestão desse risco considera o perfil de vencimento dos passivos financeiros, a estrutura de capital do projeto e a previsibilidade dos fluxos de caixa ao longo da concessão.

A Administração mantém acompanhamento contínuo das necessidades de caixa e, quando necessário, avalia alternativas de captação de recursos, incluindo financiamentos e aportes de capital, de forma a assegurar liquidez adequada para a condução normal das operações.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	Nota	2025	2024
Fornecedores e outras contas a pagar	11	6.427	6.589
Empréstimos e financiamentos	12	233.280	211.762
Passivo de arrendamento		563	353
Circulante		9.969	9.994
Não circulante		230.301	208.710
Total		240.270	218.704

iv) *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado impactem os resultados da Companhia ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. Esse risco decorre, principalmente, de variações em taxas, preços e custos relevantes para as operações. No contexto de contratos de concessão, o risco de mercado inclui, ainda, o risco de elevação dos custos de obras e serviços, que pode afetar negativamente as margens do negócio ao longo do período contratual. O objetivo da gestão de risco de mercado é identificar, avaliar, gerenciar e controlar as exposições a riscos dentro de parâmetros considerados aceitáveis, buscando, ao mesmo tempo, a otimização do retorno.

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. As operações da Companhia estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI, IPCA e TR.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo das aplicações financeiras, outros ativos financeiros, depósitos bancários vinculados, contas a receber, endividamento, no cronograma de desembolso e nas taxas de juros, a Companhia efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado do exercício de acordo com as premissas a seguir.

O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros – apreciação e depreciação das taxas

Instrumentos	Cenários											
	Exposição em 2025	Risco	Apreciação das taxas				Depreciação das taxas					
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
<i>Indexados ao CDI</i>												
Ativos financeiros												
Aplicações financeiras	8.406	CDI	13,94	1.172	17,43	1.465	20,91	1.758	10,45	879	6,97	586
Depósitos bancários vinculados	3.666	CDI	14,05	515	17,56	644	21,07	772	10,54	386	7,03	258
Total	12.072			1.687		2.109		2.530		1.265		844
Passivos financeiros												
Empréstimos - mútuo	(142.388)	CDI	13,82	(19.678)	17,28	(24.605)	20,73	(29.517)	10,36	(14.751)	6,91	(9.839)
Total	(142.388)			(19.678)		(24.605)		(29.517)		(14.751)		(9.839)
Exposição líquida dos ativos e passivos financeiros	(130.316)			(17.991)		(22.496)		(26.987)		(13.486)		(8.995)
Impacto no resultado e no patrimônio líquido						(4.505)		(8.996)		4.505		8.996

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Instrumentos	Cenários											
	Exposição em 2025	Risco	Apreciação das taxas						Depreciação das taxas			
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	
<i>Indexados ao IPCA</i>												
Ativos financeiros												
Receíveis de contratos de concessão	17.733	IPCA	3,71	658	4,64	822	5,56	986	2,78	493	1,86	330
Ativo financeiro	247.209	IPCA	3,71	9.168	4,64	11.467	5,56	13.741	2,78	6.869	1,86	4.594
Total	264.942			9.826		12.289		14.727		7.362		4.924
Impacto no resultado e no patrimônio líquido						2.463		4.901		(2.464)		(4.902)
<i>Indexados a TR</i>												
Passivos financeiros												
Contrato de financiamento e repasse - CEF	(90.892)	TR	1,98	(1.800)	2,48	(2.254)	2,97	(2.699)	1,48	(1.345)	0,99	(900)
Impacto no resultado e no patrimônio líquido						(454)		(899)		455		900
Total dos ativos e passivos financeiros líquidos	43.734			(9.965)		(12.461)		(14.959)		(7.469)		(4.971)
Impacto no resultado e no patrimônio líquido						(2.496)		(4.994)		2.496		4.994

Fontes: as informações das taxas foram extraídas das seguintes fontes: IPCA, CDI e TR - B3, projeção para os próximos doze meses.

18. Partes relacionadas

18.1. Política

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia e seus acionistas e outras companhias ligadas do mesmo grupo econômico e seguem os termos e condições pactuados entre as partes, os quais são monitorados pelos órgãos de governança para assegurar equilíbrio econômico das transações.

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram os resultados, são demonstradas a seguir:

	Passivo		Resultado	
	2025	2024	2025	2024
Em fornecedores e outras contas a receber e a pagar	(Nota 11 e 12)	(Nota 11 e 12)		
Centro de soluções compartilhadas - CSC	(a)	111	64	(954)
Repasse de recursos e custos - CSC	(b)	25	314	55
Mútuo	(c)	142.388	119.768	(22.619)
Circulante		136	378	-
Não circulante		142.388	119.768	-
Total		142.524	120.146	(23.518)
				(17.367)

(a) Refere-se a repasses de gasto com estrutura administrativa compartilhada para prestação de serviço administrativo (contábil, financeiro e fiscal) e operacionais, cujo critério de rateio varia de acordo com a natureza do serviço.

(b) Refere-se a repasses de compartilhamento de recursos e rateio de custos e despesas comuns, cujo critério de rateio varia de acordo com natureza do serviço.

(c) Refere-se a contrato de mútuo entre a Companhia e sua controladora, com incidência de 100% de CDI e remuneração fixa de 4% ao ano, e vencimento em 2030.

18.2. Remuneração da Administração-chave

A Companhia obtém serviços de pessoal-chave da Administração diretamente de sua Controladora e não há valores incorridos pela Companhia por esses serviços.

19. Seguros

A Companhia tem contratado cobertura de seguros contra riscos operacionais para cobertura de eventuais sinistros em suas operações. A Administração revisa anualmente os limites de cobertura e promove adequações de acordo com as capacidades operacionais da Companhia.

20. Compromissos

a) Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão

Em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis aos contratos de concessão e Parcerias Público-Privadas (PPP), a Companhia não reconhece, em seu ativo imobilizado, os bens reversíveis transferidos pelo poder concedente. Não obstante, a Companhia tem o compromisso de manter controles auxiliares individualizados, com a adequada segregação entre (i) os bens reversíveis recebidos do poder concedente e (ii) os ativos por ela próprios constituídos ao longo da concessão, contemplando, para fins gerenciais e regulatórios, as informações de custo histórico, depreciação e amortização acumuladas. Tais controles visam assegurar a adequada prestação de contas ao poder concedente, bem como o atendimento às obrigações contratuais relacionadas à manutenção, reposição e reversão dos ativos vinculados à concessão ao término do contrato.

Atibaia Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais



Composição da Diretoria

Diretoria

Mateus Banaco
Paula Alessandra Bonin Costa Violante

Contador

Fabício dos Santos Teixeira
CRC/SP nº 1SP347408/O-9